

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.438.986 - SP (2019/0022279-4)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : CARLOS RIBEIRO ARAUJO
ADVOGADO : JOSÉ REINALDO LEIRA - SP153649
AGRAVADO : SUL AMÉRICA SERVIÇOS DE SAÚDE S/A
ADVOGADO : JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS - SP273843
AGRAVADO : MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA
ADVOGADOS : LUCIANA GOULART PENTEADO - SP167884
DESIRREE DE SOUZA FRANCO - SP353833

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por CARLOS RIBEIRO ARAUJO, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, **indefiro o pedido de prorrogação do prazo**, tendo em vista que a parte não apresentou justa causa que autorize sua concessão.

No mais, prossigo na análise dos autos.

De acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de CARLOS RIBEIRO ARAUJO, o recurso especial não foi instruído com a guia de custas devidas ao STJ e o respectivo comprovante de pagamento.

Ainda, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade no recolhimento do preparo. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício, não regularizou, limitou-se apenas a requerer "prazo adicional de 5 dias para a juntada do comprovante de recolhimento do preparo do Recurso Especial" (fl. 477), sem contudo, apresentar justa causa para a sua prorrogação.

Posteriormente, de forma voluntária e fora do prazo, efetuou o recolhimento do preparo às fls. 482/483.

Assim, tendo sido encerrado o prazo sem a prática do ato, desaparece a possibilidade de praticá-lo. É o que se chama de preclusão e, no caso, temporal.

Dessa forma, o recurso não foi devida e oportunamente preparado. Assim, incide na espécie o disposto na Súmula n.º 187 deste Tribunal, o que leva à deserção do recurso.

Outrossim, a parte Recorrente foi intimada do acórdão recorrido em 15/03/2018, sendo o recurso especial interposto somente em 09/04/2018.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 994, VI, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.029, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

A propósito, nos termos do § 6º do art. 1.003 do mesmo código, "o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso", o que impossibilita a regularização posterior.

A segunda-feira de Carnaval, a Quarta-Feira de Cinzas, os dias que precedem a Sexta-Feira da Paixão e o de *Corpus Christi* não são feriados forenses, previstos em lei federal, para os tribunais de justiça estaduais. Caso essas datas sejam feriados locais, deve ser colacionado o ato normativo local com essa previsão, por meio de documento idôneo, no momento de interposição do recurso.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente